

29/11/2016 às 10h13

Governo vai prorrogar benefício para indústria petrolífera até 2039

Por Daniel Rittner | Valor



BRASÍLIA - O governo pretende anunciar a extensão do Repetro, regime tributário especial para a indústria petrolífera, por mais 20 anos. A vigência do benefício termina em 2019 e as empresas alegam que os projetos do setor, como têm maturação só no longo prazo, precisam de previsibilidade para sair do papel.

A intenção do governo era anunciar a prorrogação do Repetro hoje à tarde, durante cerimônia na qual o presidente Michel Temer sancionará a lei que acaba com a exigência da Petrobras como operadora única no pré-sal. No entanto, segundo uma graduada fonte oficial, o Ministério da Fazenda já alertou que possivelmente nem todos os passos burocráticos terão sido tomados para oficializar a medida na solenidade de hoje, no Palácio do Planalto.

O Repetro é um regime aduaneiro especial de importação e exportação de bens relacionados às atividades exploratórias de petróleo e gás.

A Associação Brasileira de Máquinas e Equipamentos (Abimaq) tem defendido o fim do incentivo, argumentando que ele tem alto custo fiscal e prejudica fabricantes nacionais.

A renovação do Repetro até 2039 já vinha sendo estudada desde os últimos meses do governo da ex-presidente Dilma Rousseff, mas as discussões técnicas foram abortadas com o avanço do processo de impeachment. O novo governo tenta aproveitar a medida como parte de um "pacote" à indústria de petróleo e gás, que inclui a nova lei de maior abertura do pré-sal.

Na primeira quinzena de dezembro, em reunião do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), uma revisão da política de conteúdo local deverá ser anunciada. O objetivo é acabar com a nacionalização de bens e serviços como critério para definir os vencedores dos próximos leilões, além de fazer exigências mais genéricas – um índice "global", como se diz no setor, sem tantas exigências para itens e subitens da cadeia produtiva.

Além disso, em meio aos pleitos do Rio de Janeiro para uma mudança na forma de cálculo dos royalties, o Ministério de Minas e Energia quer negociar com o governo estadual o fim de uma taxa de licenciamento ambiental que custa quase R\$ 3 por barril de petróleo. A medida foi bloqueada pela Justiça, mas ainda gera incertezas para as empresas.

Dois grandes leilões estão previstos para 2017. Um deles é voltado às concessões em terra e em alto mar, mas no pós-sal. Outro, pelo regime de partilha, terá pelo menos quatro áreas unitizáveis do pré-sal. Também se prevê uma rodada com campos marginais de petróleo, que costumam chamar a atenção de empresas menores.

Nessa última licitação, não haverá exigência de conteúdo local porque mais de 90% dos equipamentos e serviços usados já são fabricados no Brasil, segundo fontes do governo.